

Casa própria não vai ter índice médio

O diretor de Normas do Banco Central, Cláudio Mauch, voltou atrás ontem em suas declarações sobre o reajuste nas prestações da casa própria, dadas na segunda-feira.

Por meio do comunicado nº 4.661, Mauch corrigiu-se, afirmando que as prestações dos financiamentos habitacionais concedidos ao amparo do Plano de Equivalência Salarial (PES-CP) não podem ser reajustáveis com base em índices de preços.

Na segunda-feira, em entrevista coletiva, Mauch explicara que desconhecendo o reajuste salarial dado a um determinado mutuário, o agente do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) poderia aplicar a sobre a prestação uma média da inflação medida pelos índices INPC e IGP-DI.

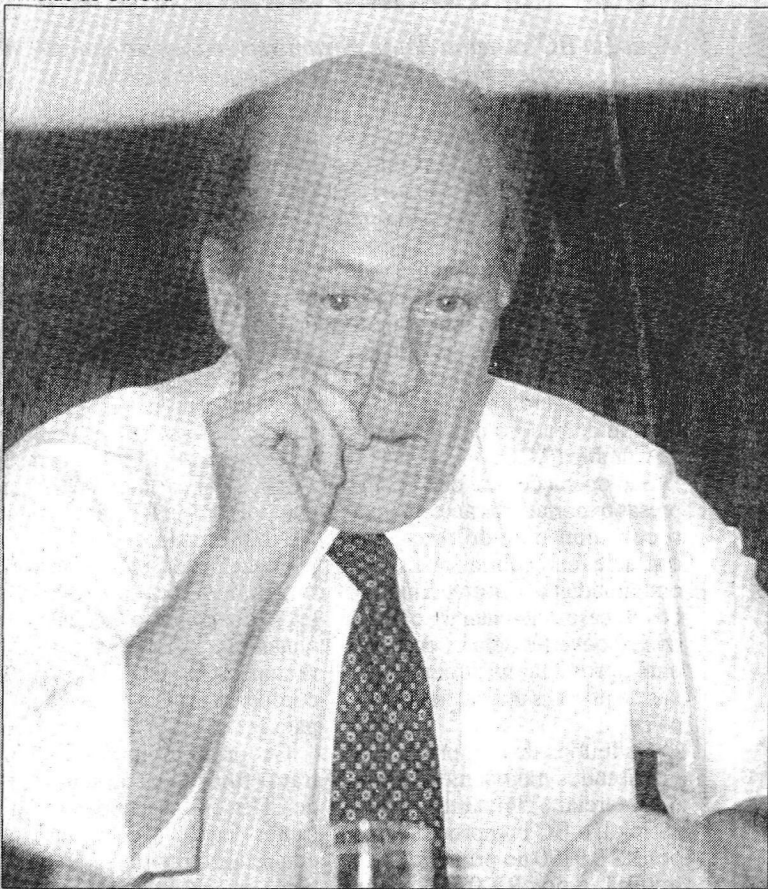
A média do INPC/IGP-DI é a mesma que será utilizada para substituir o IPC-r, extinto no dia 30 de junho, nos contratos que não prevejam um índice alternativo ao ex-indexador oficial.

Mauch não quis dar explicações verbais sobre a confusão, mas o comunicado dá a entender que os bancos só poderão repassar para as prestações os reajustes salariais efetivamente ocorridos.

Com a livre negociação salarial, implantada pelo pacote de desindexação, editado no dia 30 de junho, deverá crescer o número de acordos empresa por empresa, dificultando ainda mais o conhecimento dos reajustes dados aos mutuários do SFH.

Esta foi a preocupação levantada ontem em matéria do Correio, em que foi citada a declaração de Mauch. O diretor do BC não desmentiu as notícias divulgadas pela Imprensa, apenas recuou da informação fornecida na segunda-feira.

Ronaldo de Oliveira



Mauch: sem explicações verbais para a confusão sobre as prestações do SFH

Propostas — A Caixa Econômica Federal (CEF) e os bancos privados têm pelo menos quatro diferentes propostas para a correção das prestações dos mutuários do Plano de Equivalência Salarial, a partir deste mês.

As alternativas vão desde a aplicação do reajuste salarial médio obtido pelas principais categorias profissionais até a utilização do INPC ou da TR na correção das prestações.

As propostas serão discutidas com o Banco Central, que vai definir uma regra única para todos os contratos.

O presidente da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip), João Batista Gatti, acredita que a melhor saída será a adoção

do reajuste salarial médio.

A correção para os mutuários com data-base em julho, por exemplo, seria a média dos reajustes obtidos pelas principais categorias profissionais com dissídio em julho.

“Vamos trabalhar junto com a Caixa Econômica para coletar os índices das principais categorias do país para tentar colocar em prática esta proposta”, afirma Gatti.

Outra alternativa levantada pela Abecip e também pela Caixa é a utilização da TR, que corrige o saldo devedor dos financiamentos. O problema é que o uso da TR como indexador das prestações da casa própria foi considerada ilegal pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 1991.